

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR  
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PAULO ROGÉRIO LENZI**

**VANTAGENS E DESVANTAGENS DO PREGÃO ELETRÔNICO: UM  
ESTUDO NA ADMINITRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CACOAL**

**CACOAL - RO**

**2015**

PAULO ROGÉRIO LENZI

**VANTAGENS E DESVANTAGENS DO PREGÃO ELETRÔNICO: UM  
ESTUDO NA ADMINITRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CACOAL**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angela de Castro Correia Gomes.

Cacoal - RO

2015

Lenzi, Paulo Rogério.

L575v      Vantagens e desvantagens do pregão eletrônico: um estudo na administração pública municipal de Cacoal/ Paulo Rogério Lenzi – Cacoal/RO: UNIR, 2015.  
39 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientadora: Prof. Dra. Angela de Castro Correia Gomes.

1. Administração pública. 2. Pregão eletrônico. 3. Licitação. 4. Vantagens. 5. Desvantagens. I. Gomes, Angela de Castro Correia. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 658


Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753


ATA DE DEFESA DO ARTIGO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – 24 DE JUNHO DE 2015.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de dois mil e quinze, reuniu-se na Sala 01 – Bloco B do Curso de Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, a banca constituída pelos Professores: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ângela de Castro Correia Gomes (presidente), Prof<sup>ª</sup>. Ms. Jane Aparecida Nunes de Araújo (membro), e Prof<sup>ª</sup> Ms. Lucélia Largura do Vale (membro), para examinar o (a) candidato (a) **PAULO ROGÉRIO LENZI** na prova de defesa de seu Artigo de conclusão de curso intitulado: **VANTAGENS DO PREGÃO ELETRÔNICO: UM ESTUDO NA ADMINISTRAÇÃO O PÚBLICA MUNICIPAL DE CACOAL**. O presidente da Comissão iniciou os trabalhos às 16:22 h, solicitando ao candidato que apresentasse resumidamente os principais aspectos de seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente o candidato sobre os diversos aspectos do Trabalho. Após a arguição, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho do (a) candidato (a), obtendo a nota final 95 (noventa e cinco). A ata segue assinada pelos membros da banca.

Cacoal / RO, 24 de Junho de 2015.

Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ângela de Castro Correia Gomes  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup> Ms. Jane Aparecida Nunes de Araújo  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup> Ms. Lucélia Largura do Vale  
Membro

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me dado saúde para completar mais uma etapa de minha vida, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angela de Castro Correia Gomes por estar sempre pronta a contribuir orientando-me. Aos professores que no decorrer da graduação contribuíram para que eu pudesse enriquecer meus conhecimentos e finalmente, à minha esposa Rosângela que esteve sempre ao meu lado em toda esta trajetória.

# VANTAGENS E DESVANTAGENS DO PREGÃO ELETRÔNICO: UM ESTUDO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CACOAL<sup>1</sup>

Paulo Rogério Lenzi<sup>2</sup>

**Resumo:** Esse artigo teve como tema o pregão eletrônico; identifica e descreve as vantagens e desvantagens de sua utilização em uma instituição pública. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo realizado na Prefeitura Municipal de Cacoal, procurando expor suas reais condições para se obter os produtos e/ou serviços com celeridade e economicidade. Mostra que os requisitos necessários podem envolver o predomínio da formação escolar e técnica dos executores e a disponibilidade de recursos pela instituição. Através de pesquisa bibliográfica estudam-se normas e regras legais para a execução das tarefas considerando todos os seus princípios, e este estudo apontou a necessidade de melhores equipamentos e de melhor formação e aprimoramento contínuo dos executores. Tal procedimento contribui, também, coibindo fraudes e direcionamentos nas licitações e, na sua forma eletrônica, o pregão gera vantagens de abertura para maior concorrência, trazendo melhores condições para o setor público adquirir bens e serviços comuns por um preço mais acessível. Contudo, há desvantagens como a frieza do atendimento eletrônico e a necessidade de repetição de alguns processos licitatórios, devido a falta de preparo técnico dos funcionários e dos licitantes. Conclui-se, a partir dos resultados, a escolha do pregão eletrônico, pelos respondentes, como a melhor opção de ferramenta para aquisição de bens e serviços no processo de compras públicas.

**PALAVRAS CHAVE:** Pregão eletrônico. Vantagens. Desvantagens. Licitação. Instituição pública.

## INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios do gestor público é administrar os órgãos públicos de tal maneira que seja possível gerir os recursos escassos e ao mesmo tempo prestar serviços de qualidade aos cidadãos. Para que a gestão pública alcance tais prerrogativas, o administrador precisa obedecer a toda legislação que rege as instituições públicas (SOUZA, 2011).

---

<sup>1</sup> Artigo de Conclusão de Curso apresentado a Fundação Universidade Federal de Rondônia, Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Angela de Castro Correia Gomes.

<sup>2</sup> Paulo Rogério Lenzi Acadêmico do VIII período, graduando no curso de bacharelado em Administração, e – mail: paulo.lenzi@hotmail.com

Na busca da efetivação do princípio da economicidade, a administração pública se utiliza de um procedimento administrativo denominado licitação, cujo objetivo é obter a proposta mais vantajosa entre os participantes interessados, observando a igualdade de condições, tudo isso com base na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública (COELHO, 2009). Entretanto, em 17 de julho de 2002, foi sancionada a Lei 10.520, criando uma sexta modalidade chamada pregão (BRASIL, 2000).

O pregão eletrônico é a forma de licitação na qual a disputa pelo abastecimento de bens e serviços corriqueiros é realizada em sessões públicas, via internet distinguida essencialmente pela utilização de instrumentais de alta tecnologia da informação (NIEBUHR, 2004). Em tais certames os licitantes apresentam suas propostas de preços ou proposta e lances virtuais, independentemente do valor estimado da contratação (MATA, 2012).

A gestão de compras é essencial para o fornecimento de materiais e serviços, quantitativamente e qualitativamente, no tempo ideal, visando o desempenho da administração pública nas atividades institucionais sob sua responsabilidade. Considerando, ainda, a legislação vigente, que determina a utilização da modalidade pregão eletrônico, afora algumas exceções, na aquisição de bens comuns e serviços, é fundamental que os mecanismos utilizados para as contratações por meio eletrônico contemplem toda a gama de situações possíveis, visando a obtenção do menor preço e da qualidade pretendida (VIEIRA, 2010).

A pesquisa foi delimitada na área de administração pública com estudo sobre as vantagens e desvantagens da utilização do pregão eletrônico pela Prefeitura Municipal de Cacoal.

Frente ao crescente desenvolvimento tecnológico, a administração pública não tem galgado êxito no seu processo de modernização, diante da vasta quantidade de serviços a serem prestadas à população, aliado ao alto custo para seu desenvolvimento pleno; conseqüentemente, a máquina pública torna-se inoperante e ineficaz (MORAES, 2011). Com o objetivo de amenizar esta realidade,

o Estado torna-se “subsidiário na realização de suas atividades, passando para a iniciativa privada parte desta responsabilidade, e assim assumindo o papel de Estado regulador” (SILVA, 2010), normatizando e exercendo o controle sobre os processos inerentes à administração pública.

O procedimento licitatório é motivo de atraso nas aquisições da administração e, por este motivo, os gestores públicos já veem a licitação como sinônimo de administração incapaz, ao passo que os processos tendem a ser mais lentos e com isso os contratos acabam sendo celebrados por preços acima da média de mercado. Segundo Santos (2011), um dos fatores de maior entrave das contratações governamentais é o excesso de burocratização presente no universo das licitações públicas.

Com o intuito de alterar essa realidade, surgiu a modalidade de pregão, como uma tentativa de simplificar e modernizar a licitação pública. Embora o governo federal enfatize um cenário favorável e otimista do pregão, pouco se tem comentado sobre sua amplitude no que diz respeito à modalidade eletrônica.

Como a administração pública tem por obrigação legal e moral realizar suas aquisições através de licitações (BRITO, 2011) e por se tratar de um tema de grande importância na atualidade, existe a necessidade de se compreender mais profundamente os aspectos que envolvem a temática, visto que as contas e os gastos públicos são assuntos que dizem respeito a todos e que afetam diretamente a vida dos brasileiros, muito embora devesse ser mais bem discutido.

Diante deste contexto no qual se inserem os procedimentos licitatórios que envolvem todas as esferas de governo, cabe o seguinte questionamento: Quais as vantagens e desvantagens da utilização do pregão eletrônico para as compras públicas?

A contextualização teórica define “Pregão”, bem como apresenta as formas possíveis de sua realização e aspectos jurídicos, a fim de demonstrar informações suficientes para evidenciar as contribuições/vantagens por ele trazidas, além de sua



utilidade na prevenção de fraudes e contribuição para a desburocratização de todo o procedimento licitatório e minimização dos custos nele envolvidos.

O objetivo principal foi identificar as vantagens e as desvantagens do pregão eletrônico como ferramenta administrativa no processo de compras governamentais, na Prefeitura Municipal de Cacoal.

Para tanto foi necessário realizar uma abordagem documental sobre os processos de compras públicas, e descrever o processo licitatório e do Pregão Eletrônico através da legislação vigente; identificar as vantagens e desvantagens da utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico para a administração pública municipal, verificar o grau de conhecimento do profissional sobre o pregão eletrônico.

A escolha do referido tema surgiu do interesse em entender como se caracteriza esse importante instrumento licitatório, por ser funcionário público atuante na administração pública municipal, compreender quais são os aspectos conceituais acerca da licitação, procedimento administrativo que precede os contratos públicos, bem como compreender as características e condições de sua utilização, com o intuito de entender sua aplicação e amplitude.

A gestão de compras na administração pública vem passando por mudanças e modernizações. A modalidade pregão, em sua forma eletrônica, surgiu como uma ferramenta de inovação para aprimorar e agilizar os procedimentos, estimular a concorrência, reduzir os custos governamentais e aumentar a transparência das compras do governo (OLIVEIRA, 2009).

De acordo com Almeida (2009), como os recursos públicos são notavelmente escassos, o gestor que convive com essas limitações deve buscar sempre alternativas viáveis, objetivando contornar tais obstáculos, bem como maximizar a aplicação dos recursos, realizando suas compras dentro de um comércio justo, onde os preços praticados no mercado sejam iguais tanto para setor privado quanto para o público.

O pregão veio trazer essa igualdade de tratamento, pois viabiliza a concorrência isonômica entre as empresas, tanto no processo de aquisição de bens como na contratação de serviços, aumentando, conseqüentemente, a disputa e a abrangência da licitação em todo o território nacional, ao aceitar os lances e a participação dos potenciais licitantes por intermédio da *internet*.

O intuito do presente artigo é oferecer aos gestores públicos e a toda a população interessada uma visão geral do pregão eletrônico, identificando seus benefícios e suas falhas. Com isso, objetiva-se fornecer dados que poderão contribuir para o aperfeiçoamento da gestão de compras na administração pública municipal.

O referido artigo expressa sua contribuição acadêmica por se tratar de uma reflexão mais profunda no que tange aos aspectos positivos e negativos que foram trazidos pelo pregão eletrônico e sua utilização em todas as esferas de governo. Visando fornecer subsídios científicos aos acadêmicos do curso de administração em relação ao tema e sua importância nos processos de gestão. Por ser um tema polêmico, o presente trabalho não se destina a esgotar o assunto e sim promover uma reflexão crítica sobre o tema.

Como sendo o pregão eletrônico uma ferramenta extremamente atual, e que a administração pública, ao utilizá-lo no processo de compras, gerencia os seus gastos com modernidade, obtendo redução dos custos nas aquisições dos entes públicos, a sua utilização gera economia à União nas compras realizadas anualmente. (SANTOS, 2011).

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1 COMPRAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Diferentemente das empresas privadas, que dispõem de ampla liberdade quando pretendem adquirir materiais e/ou serviços, a administração pública para

realizar suas compras, além de primar pelo interesse público, ou seja, pelo interesse do todo, necessita adotar um procedimento preliminar rigorosamente determinado e preestabelecido na conformidade da lei (MORAES, 2011). Esse procedimento denomina-se licitação.

Essa diferença em relação às compras se fundamenta no fato de que as organizações públicas buscam o interesse comum, por este motivo necessitam de uma gestão de compras eficiente para garantir a transparência nas relações e a eficácia na alocação dos recursos para satisfazer a sociedade.

Mello (2002, p. 32) afirma que a licitação é:

O procedimento administrativo pela qual uma pessoa governamental, pretende alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, outorgar concessões, permissão de obras, serviço ou uso exclusivo de bem público, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessados na apresentação de proposta, a fim de selecionar a que se revele mais conveniente em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e divulgados.

Meirelles (2007, p. 14) destaca que o processo licitatório é regido por princípios, qualquer que seja a sua modalidade, resumindo-se nos seguintes preceitos: procedimento formal; publicidade de seus atos; igualdade entre os licitantes; sigilo na apresentação das propostas; vinculação ao edital ou convite; e também a probidade administrativa.

Os princípios básicos da administração pública estão consubstanciados em doze regras de observância permanente e obrigatória para o bom administrador: legalidade, moralidade, impessoalidade ou finalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, motivação e supremacia do interesse público (MEIRELLES, 2007, p.15).

Os cinco primeiros princípios citados acima estão expressamente previstos no art. 37, *caput*, da CF de 1988, e os demais são contextualizados pela Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (LENZA, 2004).

O processo licitatório está classificado em modalidades, que conforme o art. 22 da Lei de Licitações; são modalidades de licitação: I- concorrência; II- tomada de

preços; III- convite; IV- concurso; V- leilão. A Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, instituiu o pregão como outra modalidade de licitação, sendo regulamentado por decretos expedidos pela União (GASPARINI, 2009).

## 1.2 PREGÃO

O pregão foi criado através da Medida Provisória nº 2.026, de 04 de maio de 2000, e regulamentado pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000. O detalhe importante é que, inicialmente, essa modalidade destinava-se apenas à aquisição de bens e serviços comuns, promovida exclusivamente no âmbito da União (LEITE, 2010).

O pregão foi concebido para permitir à Administração atender às suas necessidades mais simples, de modo mais rápido e econômico. A rapidez e a economia proporcionadas pela utilização do pregão advém de características próprias desta modalidade, como a inversão da fase de habilitação, a simplificação do procedimento e a possibilidade de lances verbais, não previstas para as demais modalidades. (MAURANO, 2004, p.22).

A forma presencial do pregão só foi estendida aos governos estaduais e municipais a partir da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e na forma eletrônica pelo Decreto Federal nº 5.450 de 31 de maio de 2005 (BRASIL, 2005).

De acordo com Santana (2009), a análise imediata do pregão revela que além da economia propiciada, muito se ganha, principalmente em relação à eficiência e à transparência da contratação, sendo que o processo é simples, ágil, desburocratizado e visível aos olhos da população.

### 1.2.1 Pregão eletrônico

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 10.520/2002 combinado com o *caput* do artigo 2º do Decreto nº 5.450/2005, pregão eletrônico é a modalidade de licitação do tipo menor preço destinada à aquisição de bens e serviços comuns, com a realização da disputa de fornecimento em sessão pública a distância, por meio de sistema que promova a comunicação pela *internet* (MORAIS, 2013).

Na busca constante por melhorias, o surgimento das licitações na modalidade pregão, tanto o presencial como o eletrônico, vem para tentar sanar inúmeras deficiências que acabavam por dar margem a manobras que burlam o sistema e permitem os desvios e até mesmo a má administração dos recursos do ente, que na verdade pertencem a todos os cidadãos (ROSA, 2012).

#### 1.2.1.1 Características e funcionamento do pregão eletrônico

De acordo com Santos (2011), o pregão eletrônico tem características inerentes no procedimento da licitação. Primeiro que usa a tecnologia da informação (internet) como uma ferramenta fundamental para a celeridade e transparência no procedimento da licitação, amplia a disputa entre fornecedores e prestadores de serviços, fazendo com que aumente a competitividade. Segundo porque o pregoeiro não fica sobrecarregado, já que praticamente todo o processo é feito por meio da internet.

Segundo Prestes (2004, p.85):

O pregão eletrônico é a evolução do pregão presencial. Além de manter todos os benefícios do pregão presencial, o pregão eletrônico acentua algumas características, como a transparência, a simplicidade e a velocidade. Qualquer pessoa ou empresa, de qualquer lugar do mundo, pode participar do pregão eletrônico. O cadastro é simples e rápido. Como em geral utiliza o sistema de pré-cadastro, o pregão eletrônico permite que em uma compra pública pequena haja diversos licitantes. Ao contrário do que pode parecer, o pregão eletrônico é extremamente rápido e seguro. Tudo o que é negociado, conversado ou proposto durante o pregão eletrônico pode acompanhado de forma imediata ou posteriormente, já que todos os passos ficam registrados para consultas. Qualquer cidadão pode acompanhar *on line* o andamento de um pregão. Outra novidade é que a conversa entre os licitantes e o pregoeiro é ágil e sem formalidades. Na prática, tudo funciona como um chat da internet. Até mesmo essas conversas são gravadas eletronicamente.

Como nos demais procedimentos licitatórios, o pregão eletrônico é dividido em fase interna e fase externa. De acordo com Rosa (2012), a fase interna é caracterizada por ser preparatória, com a elaboração da justificativa da necessidade do bem ou serviço, assim como também são definidas as especificações do objeto, escolhidas as exigências para habilitação, e neste momento é construída a minuta de edital.

Já a fase externa caracteriza-se pela publicação do aviso de licitação, onde será mostrada a necessidade da administração pública, os prazos para apresentação de proposta, dia e hora da abertura, início da disputa, que é realizada através de lances enviados eletronicamente no pregão eletrônico segundo Lacerda, (2012). Posteriormente é realizada a análise da documentação do licitante, o pregoeiro poderá proceder a adjudicação do lote ao fornecedor que apresentou o menor lance, enviando o processo para autoridade superior homologar (PRESTES, 2004).

Perante a implantação do decreto que apresenta a priorização do formato eletrônico do pregão, ocorre a ampliação do âmbito de aplicabilidade dessa modalidade, pois a lista de bens e serviços foi excluída, acarretando uma facilitação no processo operacional, bem como uma melhoria da realidade jurisprudencial e prática. Ressalta-se, ainda, que perante a inviabilidade de aplicação do pregão eletrônico, há a necessidade de ser justificado tal ato.

De forma geral, o pregão eletrônico constitui-se em um importante instrumento de fortalecimento dos princípios e valores constantes na Constituição Federal e demais Leis que objetivam o controle e regimento de todos os processos licitatórios (LEITE, 2010).

#### 1.2.1.2 Pregão nas formas “presencial” e “eletrônica”

A modalidade pregão, como já exposto, é regulada pela Lei nº 10.520/2002 e tem como finalidade a contratação de bens e serviços considerados comuns pelo ente que promove a licitação. Esta modalidade pode ser operada de duas maneiras, uma presencial e outra eletrônica, não se tratando de modalidades de licitação distintas, mas sim espécies do qual pregão é gênero.

Essas duas formas, presencial e eletrônica, têm características próprias, tendo como maior distinção o fato de que no pregão eletrônico não há a presença física das licitantes, enquanto no presencial o comparecimento das mesmas em uma sessão pública coletiva é indispensável. Justen Filho (2005, p. 220) diferencia assim

as duas formas do pregão:

[...] a peculiaridade do pregão eletrônico residirá na ausência de sessão coletiva, reunindo a presença física do pregoeiro, de sua equipe de apoio e dos representantes dos licitantes num mesmo local determinado. No pregão eletrônico, os interessados não comparecem a um certo local portando envelopes, materialmente existentes.

Tudo aquilo que se previu a propósito do pregão foi adaptado a um procedimento em que as comunicações se fazem por via eletrônica. Valendo-se dos recursos propiciados pela Internet, cada interessado utilizará um terminal de administração. As manifestações de vontade dos interessados são transmitidas por via eletrônica, tudo sujeitando-se a uma atuação conduzida pela pessoa do pregoeiro. Essa atuação envolve a gestão não apenas do processo licitatório, mas também do próprio sistema eletrônico (JUSTEN FILHO, 2005).

O art. 2º do Anexo I do Decreto nº 3.555/2000 define o pregão presencial como “modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais”, proporcionando, de certa forma, mais transparência no processo.

O pregão, na forma eletrônica, consiste na modalidade de licitação pública, de tipo menor preço, destinada à seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de bem ou serviço comum, por meio de propostas seguidas de lances, em que os atos jurídicos da administração pública e dos interessados desenvolvem-se com utilização dos recursos da tecnologia da informação, valendo-se especialmente da rede mundial de computadores (JUSTEN FILHO, 2005).

Ambas as formas de pregão dão aplicabilidade ao princípio da publicidade. No pregão presencial qualquer cidadão poderá participar da sessão pública de licitação. Entretanto, maior amplitude terá o princípio da publicidade no pregão eletrônico, onde qualquer um poderá acessar o andamento da licitação, em tempo real, através da Internet (JUSTEN FILHO, 2005).

O maior diferencial entre o pregão e as demais modalidades, porém, não

está na aplicação do princípio da publicidade, e sim no princípio da competitividade. Sendo que no procedimento eletrônico há a possibilidade de um leque maior de participantes concorrerem. Garante, ainda, maior transparência às licitações, já que poderá ser acompanhada por qualquer cidadão que tenha acesso à internet. (JUSTEN FILHO, 2005).

Percebe-se estreita ligação entre o pregão presencial e o pregão eletrônico. Ambos são espécies de modalidades abrangidas pelo gênero pregão, que, por via de consequência, as engloba. Muito embora haja uma série de distinção nos procedimentos do pregão presencial e eletrônico, ambos partem da mesma espinha dorsal, por efeito do qual devem compartilhar as mesmas premissas, os mesmos objetivos e os mesmos princípios jurídicos (JUSTEN FILHO, 2005).

As distinções existem porque é necessário adaptar o procedimento presencial, em que os licitantes se fazem presentes num espaço físico, ao procedimento eletrônico, onde atuam através do espaço virtual. O pregão presencial e eletrônico divergem nos detalhes, porém, devem comungar da mesma essência. É fundamental apreender a relação entre o pregão presencial e o eletrônico, sobretudo no que diz respeito à normatização dos mesmos.

#### 1.2.1.3 Vantagens do pregão eletrônico

O pregão eletrônico potencializa as vantagens existentes no pregão presencial, tornando mais eficiente o processo para a administração pública, e os fornecedores, e maior transparência para a sociedade. Segundo Almeida (2009), como principais vantagens do pregão eletrônico se destacam:

- a) redução da formalidade e burocracia, minimizando o uso de papel, pois as propostas são enviadas e recebidas por meio da internet;
- b) simplificação das atividades do pregoeiro devido às facilidades oferecidas pela tecnologia da informação;
- c) incremento da competição e consequente redução do custo de aquisição ao ampliar a possibilidade de participação de um número maior de fornecedores;



- d) modernização e simplificação dos processos licitatórios, o que permite mais celeridade no processo aquisitivo;
- e) garantia de maior visibilidade no processo das contratações públicas, com a consequente facilidade para realização de controles internos e externos.

A modalidade pregão reduz contratempos, já que ela não depende do valor estimado do futuro contrato, mas sim da natureza do bem licitado, que precisa ser qualificado como bem e serviço comum (BRITO, 2011). Por consequência, é possível que, durante o mesmo exercício orçamentário, façam-se várias licitações sob a modalidade pregão, para o mesmo objeto, sem se preocupar minimamente com os valores dos contratos (MELO, 2009).

De acordo com Ferreira (2010), a vantagem da modalidade pregão reside na agilidade com que a administração consegue ultimar as licitações. E essa agilidade ocorre, sobretudo, em tributo à inversão das fases do processo licitatório, tal qual dispostas na Lei nº 8.666/93. Nela, antes de analisar as propostas, analisam-se os documentos de habilitação, isto é, se os licitantes são ou não aptos para cumprirem o objeto licitado.

Uma terceira vantagem manifestada pelo pregão eletrônico consiste na simplificação das atividades do pregoeiro. Isso porque, no pregão eletrônico, é o sistema que recebe todos os lances e já os ordena (NUNES; LUCENA; SILVA, 2007).

O pregoeiro não precisa colher lances de licitante por licitante. Cada um deles é quem envia o lance pela internet, que o próprio sistema de informática recebe e ordena. Então, a atividade do pregoeiro, no pregão eletrônico, é mais simples do que no pregão presencial, conquanto ainda recaiam sobre os ombros dele várias responsabilidades (SCHAWAAB; PALMEIRA; CORDERO, 2010).

Em quarto lugar, a principal vantagem dos recursos de tecnologia de informação é a aproximação das pessoas, o encurtamento das distâncias, o que causa inúmeras repercussões positivas num processo de licitação pública (SOUZA,

2011). Esta é justamente a principal vantagem do pregão eletrônico em relação ao pregão presencial, haja vista que a aproximação das pessoas implica ampliação considerável da competitividade (OLIVEIRA, 2009).

#### 1.2.1.4 Desvantagens do pregão eletrônico

O pregão eletrônico apresenta como principal desvantagem, além da refração de setores da sociedade pela frieza do atendimento eletrônico característica do mesmo, a exclusão digital, principalmente para micro e pequenas empresas localizadas longe dos grandes centros urbanos ou em áreas mais carentes. Locais estes onde o acesso à banda larga é mais restrito (LACERDA, 2012).

Outro aspecto negativo está veiculado à necessidade de repetição de alguns processos licitatórios, por conta da falha na descrição do item a ser adquirido, tendo estes que ser relançados em um novo pregão, aumentando os custos administrativos. Juntamente a essa desvantagem está associada a qualidade dos produtos adquiridos, que em certos casos fica comprometida devido à carência em relação ao levantamento dos dados das descrições do produto e à pesquisa de preços (BRITO, 2011).

Ainda não há suficiente suporte metodológico para comprovar a superioridade técnica do pregão eletrônico (Silva, 2010). Segundo Faria *et al.* (2011), o atual método apenas calcula a economia adquirida no leilão, o que pode trazer um viés de mensuração, já que esta análise não leva em conta a estratégia dos fornecedores nesse tipo de disputa, que geralmente começam com o preço mais elevado para que, caso não exista forte concorrência, eles consigam licitar o seu produto por um preço mais alto. Assim, Fortunato *et al.* (2010) relatam que comparar o preço de abertura do pregão com o preço de fechamento pode levar a uma amplitude de redução de preços maior que o ocorrido de fato.

Logo, verificou-se que algumas dessas falhas na aplicação do pregão eletrônico são passíveis de correção. Em se tratando da ausência ou falhas na conexão, entende-se que é um problema de ordem técnica. Já sobre a necessidade

de relançamento e sobre a qualidade dos itens, trata-se de uma questão de aprimoramento do quadro de pessoas, através da preparação e capacitação, para que se possa interpretar de maneira efetiva as informações referentes ao detalhamento do produto.

## **2 METODOLOGIA**

A seguir será demonstrada a metodologia que foi utilizada na realização da pesquisa, visando à realização do Artigo Científico.

A pesquisa foi realizada na Prefeitura de Cacoal, instituição pública municipal, sendo o município a quarta maior cidade do Estado em termos de desenvolvimento, e que surgiu com a implantação do Projeto Integrado de Colonização PIC Gi-Paraná, em 1972 (OLIVEIRA, 2003).

Na data de 11 de outubro de 1977 foi elevada a categoria de município, e sua instalação deu-se no dia 26 de novembro do mesmo ano, fica situada na porção mais a leste da região central do estado, tendo hoje como representante legal o Prefeito Francesco Vialetto.

Para tal, utilizamos a abordagem qualitativa, que no entendimento de Chizzotti, significa, “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 1991, p. 79). A pesquisa qualitativa acaba se justificando por ser uma maneira adequada de se entender a natureza dos fatos, podendo, então, estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos quantitativos.

A análise qualitativa, para Minayo (2003, p. 16-18), caracteriza-se por ser “o caminho do pensamento a ser seguido”, a mesma ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente de um conjunto de técnicas adotadas para que seja possível construir uma realidade.

A pesquisa é a atividade básica da ciência na sua construção da realidade, e

no caso da pesquisa qualitativa, trata-se de uma atividade da ciência, a qual visa a construção da realidade, mas que também se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo das crenças, valores, significados e outros construtores profundos das relações que não podem ser deduzidas à operacionalização de variáveis.

De acordo com Selltitz *et al.* (1974), as pesquisas são classificadas em três tipos: estudos descritivos, exploratórios e explicativo. O método utilizado nesta pesquisa foi o dedutivo, de caráter exploratório e descritivo, com base, principalmente, nos referenciais teóricos destacados no item anterior.

Os estudos ditos como exploratórios têm como seu principal objetivo a formulação de um dito problema de investigação um pouco mais exato, ou mesmo para a criação de hipóteses e esclarecimentos de conceito (SELLTIZ *et al.*, 1974).

Estas pesquisas foram sendo desenvolvidas com o objeto de se proporcionar visão geral sobre determinado assunto ou fato, este tipo de pesquisa é realizado de forma especial quando o tema é dito como pouco explorado, e acaba tornando difícil formular hipóteses causais precisas ou mesmo operacionalizáveis sobre o mesmo (GIL, 1999).

Já os estudos descritivos, de acordo com Gil:

Tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. (GIL, 1999, p. 44)

Foi utilizado, no decorrer da pesquisa, o estudo descritivo, com o intuito de demonstrar, por meio da pesquisa documental e de campo, as vantagens trazidas pelos pregões eletrônicos, citando a Prefeitura Municipal de Cacoal.

De acordo com os objetivos já pré-estabelecidos, esta pesquisa identificou as vantagens e desvantagens do uso do pregão eletrônico pela administração pública da cidade de Cacoal.

Quanto aos métodos a coleta de dados pode ser: experimentos, simulação, *survey*, estudo de caso e pesquisa ação, e a coleta propriamente dita pode ser via questionários auto-administrados, entrevista estruturada, observação participante, entrevista desestruturada, observação estruturada ou fontes de dados de arquivos.

Para a pesquisa de campo foi aplicado o questionário apresentado no Apêndice 1 e para embasamento teórico as fontes de pesquisas bibliográficas, com finalidade de justificar ou mesmo enriquecer a pesquisa de forma geral, além da pesquisa documental, envolvendo a legislação que versa sobre o tema da pesquisa.

Levando em consideração nosso propósito, definimos o melhor método de coleta de dados para ser empregado, juntamente com os instrumentos de medida que também foram usados.

Utilizamos o meio de coleta de dados bibliográficos, como já citado acima; se faz necessário o uso da parte bibliográfica, pois a parte científica da pesquisa é indispensável.

Algumas medidas deverão ser tomadas ao se fazer uso de uma coleta bibliográfica, levando-se em conta alguns aspectos: considerar que a produção do trabalho parte da maior quantidade possível de material bibliográfico já existente, ater-se a material que esteja dentro do tema que irá discorrer, ampliar sua pesquisa o máximo possível, entre outros (SILVA, 2008).

Assim, podemos afirmar que a modalidade de coleta bibliográfica é obtida por meio de vários tipos de fontes, como exemplo, publicações de periódicos, impressos diversos, como também documentos eletrônicos. Serão obtidos, também, dados oriundos de documentos, como leis, decretos, portarias e demais que se fizerem necessário e que verse sobre a modalidade pregão eletrônico e assuntos correlacionados.

A coleta dos dados primários (pesquisa de campo) foi realizada no mês de março do corrente ano, por meio de questionário, junto ao setor responsável pelos processos licitatórios e demais áreas que interferem no processo como: Comissão

Permanente de Licitação, Núcleo de Formação de Processos, Seção de Material, e Controladoria Geral do Município.

O questionário apresentado no apêndice 1 é composto de 23 questões com perguntas abertas e fechadas, elaborado conforme o tema proposto e foi realizado com 4 funcionários da Prefeitura municipal de Cacoal, no mês de março de 2015. Cada um veiculado a um dos setores supra citados. Desse modo, as áreas e sujeitos da pesquisa serão: Comissão Permanente de Licitação, na pessoa do Pregoeiro; Núcleo de Formação de Processos, na pessoa do Chefe de Setor; Seção de Material, na pessoa do Chefe de Seção; e a Controladoria Geral do Município, na pessoa do Controlador Geral do Município. Com isso, a amostra será intencional, considerando a relação de capa um com o objeto da pesquisa: o pregão eletrônico.

De acordo com Marconi e Lakatos, a pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (MARCONI, LAKATOS, 2007, p.15). Acrescentam que a finalidade da pesquisa é descobrir respostas para determinadas questões levantadas por métodos científicos, partindo do pressuposto de que partimos de um problema e também de uma interrogação, a qual deve ser respondida.

Por este motivo, a pesquisa acaba por se basear em uma teoria que irá funcionar como um ponto de partida para a investigação que se dará, pois esta será utilizada para conceituar os fatos tanto provados quando observados. A pesquisa também é um processo de sistematização, pois não apenas confirma ou reestrutura os dados anteriormente conhecidos, exige, mesmo, a verificação e comprovação (MARCONI, LAKATOS, 2007).

Acerca da realização da pesquisa, citaremos a resolução nº 196 de outubro de 1996, em especial o inciso III:

Alínea G: contar com o consentimento livre e esclarecido do sujeito da pesquisa e/ou do seu representante legal;  
Alínea J: prover procedimentos que asseguram a confiabilidade e a privacidade, a proteção da imagem e não estigmatização garantindo a não utilização de informações em prejuízo das pessoas.

Alínea N: garantir o retorno dos benefícios obtidos através da pesquisa para os sujeitos (BRASIL, 1996).

Os participantes desse estudo assinarão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo A) e prezamos também pelo sigilo das informações pessoais no sentido de não haver identificação dos participantes, tendo sido utilizado um sistema de codificação: F1 a F4 (F = Funcionário).

### 3 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta parte estão apresentados os resultados que foram obtidos através da tabulação de todos os dados colhidos na entrevista junto aos quatro funcionários da Prefeitura do município de Cacoal. Representa uma identificação de quais competências e conhecimentos são necessários para a utilização do sistema pregão eletrônico, e ainda, a identificação de suas vantagens e desvantagens no processo de compras, na busca de atingir as metas da instituição pública.

#### 3.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Para uma melhor análise, se fez necessário conhecer as principais características do grupo estudado. De acordo com os dados coletados verificou-se que 75% dos entrevistados são do sexo masculino, e 25% do sexo feminino (tabela 1). Quanto ao tempo de serviço em que trabalha na área de licitação, F1 tem 17 anos, F2 4 anos e 10 meses, F3 10 anos, F4 11 anos (tabela 2).

**Tabela 1:** Gênero dos respondentes

| GÊNERO    | QUANTIDADE |
|-----------|------------|
| Masculino | 3          |
| Feminino  | 1          |

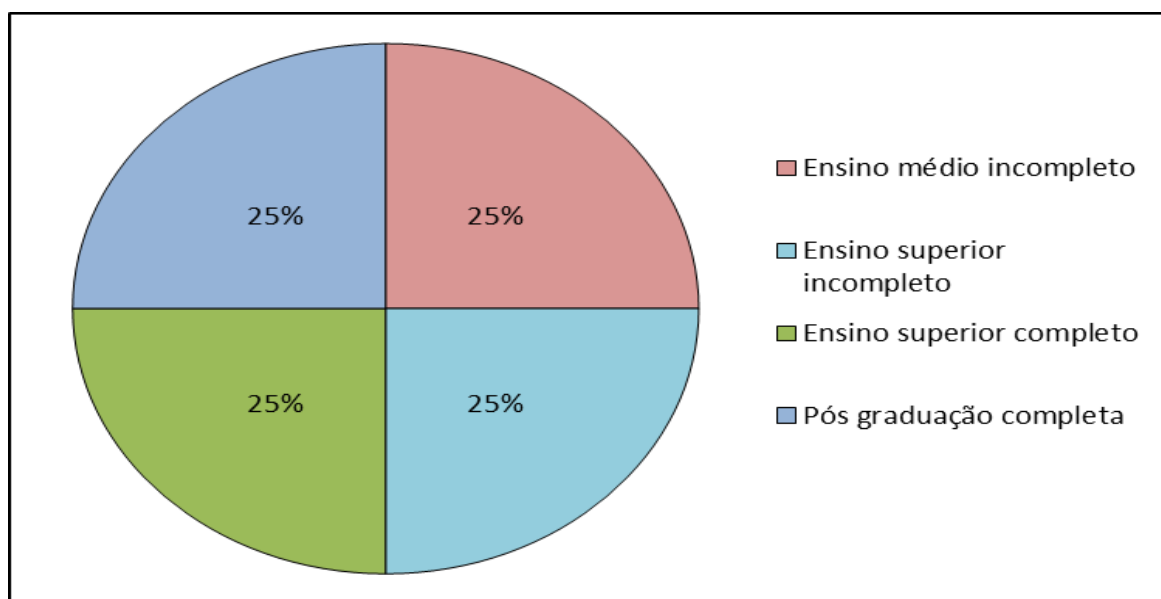
**Fonte:** Elaborada pelo autor (2015)

**Tabela 2:** Tempo de serviço

| TEMPO DE SERVIÇO | FUNCIONÁRIO |
|------------------|-------------|
| 0 a 5 anos       | F2          |
| 6 a 10 anos      | F3          |
| Mais de 10 anos  | F1 e F4     |

**Fonte:** Elaborada pelo autor (2015)

O gráfico a seguir demonstra o grau de escolaridade dos entrevistados na pesquisa realizada na Prefeitura Municipal de Cacoal. Constata-se que quanto ao grau de escolaridade, 25% dos entrevistados têm, respectivamente, ensino médio incompleto, ensino superior incompleto, ensino superior completo e pós graduação completa.



Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

**Figura 1:** Escolaridade dos participantes.

Observando a figura 1 acima, constata-se que o grau de escolaridade dos entrevistados é satisfatório em relação às funções exercidas.

### 3.2 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Quando questionados se gostavam de atuar em seus setores de trabalho, todos os participantes responderam que “sim”, e alguns explicaram o porquê da resposta, como mostram as expressões a seguir, ainda, todos os participantes trabalham com a forma de pregão eletrônico:

*“Sim, por me identificar com a área de trabalho” (F1)*

*“Sim, porque se o funcionário possui motivo para se qualificar, e certamente terá oportunidades” (F2)*

*“Sim, porque gosto do ambiente do setor” (F3)*



“Sim” (F4)

Analisando as vantagens e desvantagens entre o pregão eletrônico e pregão presencial, segundo o ponto de vista e experiência dos colaboradores, observa-se, de acordo com a tabela 3, o grau de importância que os gestores priorizam no exercício de suas funções. As maiores vantagens do pregão eletrônico citadas foram: redução de papel, celeridade, maior concorrência e transparência.

**Tabela 3:** Características de vantagens e desvantagens do pregão eletrônico.

| PREGÃO ELETRÔNICO |                     |            |      |                          |            |
|-------------------|---------------------|------------|------|--------------------------|------------|
| Item              | Vantagens           | Frequência | Item | Desvantagens             | Frequência |
| 1                 | Uso da internet     | 1          | 1    | Falta de preparo dos     | 2          |
| 2                 | Redução de Papel    | 2          |      | licitantes.              |            |
| 3                 | Celeridade          | 2          | 2    | Falta de preparo dos     | 2          |
| 4                 | Maior concorrência  | 2          |      | funcionários de setores. |            |
| 5                 | Maior transparência | 2          | 3    | Redução da concorrência  | 1          |
| 6                 | Análise Prévia      | 1          |      | local.                   |            |
| 7                 | Competitividade     | 1          |      |                          |            |
| 8                 | Maior segurança     | 1          |      |                          |            |

Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

Implica em uma preocupação dos funcionários o aparato burocrático e no reconhecimento de que possibilita ampliar a participação de empresas no processo, tornando-o, ainda mais transparente, contudo apontaram como principais desvantagens a falta de preparo técnico dos licitantes e dos participantes.

Quanto à eficácia das formas de pregão eletrônico e presencial, quando questionados, apenas um dos entrevistados relatou a relevância e utilidade dos dois sistemas, os demais participantes foram unânimes em afirmar que o pregão eletrônico é mais eficaz, como mostra o extrato de verbalização.

*“Creio que dependendo de cada situação cada uma das suas formas tende a ser mais útil para a instituição” (F1)  
 “Eletrônico” (F2), (F3) e (F4)*

As respostas destacaram a superioridade do sistema pregão eletrônico para

efetuar as compras da instituição, pois na opinião dos participantes da pesquisa, ao serem questionados, considerando a experiência de cada um, se a compra eletrônica traz transparência economicidade e presteza para a instituição, todos foram unânimes em responder que “sim”.

De acordo com os dados coletados, os entrevistados descreveram qual das duas formas do pregão é menos burocrática e mais rápida, conforme mostram os relatos:

*“O eletrônico é muito mais rápido, pela impessoalidade dos licitantes” (F1)*  
*“Eletrônico” (F2) e (F4)*  
*“Eletrônico, pois é mais rápido” (F3)*

Baseado em suas experiências anteriores na gestão pública todos os entrevistados acreditam que a modalidade “pregão” amplia a competitividade e que também reduz o conluio entre os participantes como mostram as respostas em sequência; corroborando com as vantagens 4 e 5 apontadas na tabela 3.

*“Sim, em virtude da divulgação da licitação, principalmente no caso do eletrônico” (F1)*  
*“Sim, pela maior visibilidade” (F2)*  
*“Sim, com a possibilidade de novos e sucessivos lances no pregão, o torna mais ágil e diante do confronto direto entre os licitantes, a administração consegue melhores negócios” (F3)*  
*“Sim, pois é mais rápido” (F4)*

É notório que o Pregão Eletrônico vem sendo considerado, pelos respondentes, como uma ferramenta da administração pública que possibilita ao cidadão comum acompanhar, em tempo real, a gestão de recursos públicos e seus direcionamentos.

### 3.3 GRAU DE CONHECIMENTO DO PROFISSIONAL SOBRE O PREGÃO ELETRÔNICO

Conforme mostra a tabela 4 a seguir, quanto ao treinamento para exercer a função a maioria respondeu que não se aperfeiçoou ou capacitou no assunto. Diante disso, observa-se uma falha na gestão dos recursos humanos, pois a qualificação é importante para o crescimento do colaborador dentro da organização, possibilitando o desenvolvimento do mesmo no futuro.

**Tabela 4:** Treinamento para exercer o cargo

| RESPOSTA | QUANTIDADE |
|----------|------------|
| Sim      | 1          |
| Não      | 3          |

Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

A tabela 5 a seguir destaca a postura dos entrevistados com base no perfil e nas responsabilidades, todos os respondentes concordam que o domínio da legislação, habilidade e sabedoria, seriedade, integridade, honestidade, capacidade de negociação, são qualidades imprescindíveis para os funcionários públicos.

**Tabela 5:** Responsabilidades dos funcionários.

| ITEM | A POSTURA ESTÁ PAUTADA:  | FREQUÊNCIA |
|------|--|------------|
| 1    | No domínio da legislação e do processo licitatório.                                | 4          |
| 2    | No agir e decidir com rapidez, habilidade e sabedoria.                             | 4          |
| 3    | Na segurança, seriedade e transparência na condução dos trabalhos.                 | 4          |
| 4    | Na observação dos princípios da integridade, da honestidade e da responsabilidade. | 4          |
| 5    | Na capacidade de negociação etc.   | 3          |

Fonte: Elaborada pelo Autor (2015)

Quando questionados se a instituição fornece treinamento para exercer as responsabilidades do cargo, a tabela abaixo mostra que a maioria dos entrevistados não fez treinamento algum.

**Tabela 6:** Condições de trabalho e treinamento pela instituição

| RESPOSTA | QUANTIDADE |
|----------|------------|
| Sim      | 1          |
| Não      | 3          |

Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

Todos os entrevistados foram unânimes em responder que, se pudessem optar em fazer Pregão, escolheriam a forma eletrônica, conforme o que foi externalizado:

*“Sim, o eletrônico por ser superior na eficiência” (F1)*

*“Sim, eletrônico por ter maior concorrência” (F2)*

*“Sim, eletrônico, pela economicidade” (F3)*

*“Sim, o eletrônico é mais recomendado pelo tribunal de contas porque amplia a concorrência e garante maior transparência” (F4)*

A tabela 7 seguinte mostra o grau de satisfação dos entrevistados e a participação da instituição no bom andamento das tarefas, por exemplo, se o equipamento é adequado, se tem equipe de apoio, suporte documental, sendo observado mais respostas positivas, supondo que há um bom aparato técnico, material e humano para exercerem suas atividades.

**Tabela 7:** Suporte recebido para exercer o trabalho

| ITEM | SUPORTE PARA EXERCER O TRABALHO  | SIM | NÃO |
|------|--|-----|-----|
| 1    | O equipamento é adequado?  | 3   | 1   |
| 2    | Tem equipe de apoio?   | 3   | 1   |
| 3    | A bibliografia de instrução é atualizada?                                  | 3   | 1   |
| 4    | Tem suporte jurídico?  | 3   | 1   |
| 5    | Você está satisfeito com o suporte disponível para a execução das tarefas? | 3   | 1   |

Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

De acordo com Santana (2009), a análise imediata do pregão revela que além da economia propiciada, muito se ganha principalmente em relação à eficiência e à transparência da contratação, sendo que o processo é simples, ágil, desburocratizado e mais visível aos olhos da população.

Analisando a participação dos entrevistados sobre a continuidade dos cursos de atualização e a periodicidade das participações percebe-se que a instituição promove a participação em cursos e eventos casualmente, como mostra a tabelas 8 a seguir:

**Tabela 8:** Atualização do conhecimento na área de atuação

| RESPOSTA | QUANTIDADE |
|----------|------------|
| Sim      | 1          |
| Não      | 3          |

Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

Pelas respostas negativas dispostas na tabela 8 acima podemos verificar que quanto ao incentivo para o aprimoramento continuado, visando conhecimento e atualização, no período de atuação na área, a instituição não oferece oportunidades suficientes para atender a todos, pois apenas 25% dos entrevistados responderam

que fazem cursos de aprimoramento de forma contínua e considerando a tabela 9, metade dos respondentes vem buscando, por iniciativa própria, o aperfeiçoamento.

**Tabela 9:** Participação em cursos de aperfeiçoamento

| RESPOSTA | QUANTIDADE |
|----------|------------|
| Nenhuma  | 1          |
| Duas     | 1          |
| Várias   | 2          |

Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

Na afirmação se o pregoeiro tem que estar atualizado e bem informado no que diz respeito às leis, normas e decretos, participação em encontros, seminários, todos concordaram que a atualização é imprescindível:

*“Sim, concordo, não só o pregoeiro, mas todos devem se atualizar (F1)*

*“Sim, concordo” (F2)*

*“Sim, pois tal conhecimento facilitará a comunicação e a negociação com os licitantes” (F4)*

*“Sim, é importante para que o mesmo desempenhe sua função” (F4)*

Questionados se a instituição dispõe de verbas para participação de cursos e eventos para aprimoramento do setor onde o funcionário desempenha a sua função, podemos observar, na tabela 10 a seguir, que a maioria dos respondentes não dispõe de verbas. Assim, a instituição pública além de pouco incentivar a busca do aperfeiçoamento aos funcionários (tabela 8), também precariza recursos para tal (tabela 10).

**Tabela 10:** Atualização de conhecimento com recurso da instituição

| RESPOSTA | QUANTIDADE |
|----------|------------|
| Sim      | 1          |
| Não      | 3          |

Fonte: Elaborada pelo autor (2015)

Foi feita uma afirmação aos respondentes de que, atualmente, tem sido veiculadas várias notícias de fraudes em licitações e questionou-se: Como isso pode ocorrer, se a modalidade pregão eletrônico é mais segura e transparente? A seguir estão destacados os pontos de vista dos participantes:

*“A fraude é passível de ocorrer em qualquer função, mas no pregão é menor a possibilidade, principalmente em sua forma eletrônica, onde a publicidade é maior em virtude do uso da rede de computadores” (F1)*

*“Ainda não existe nenhum sistema isento de fraudes” (F2) e (F4)*

*“Ocorre com a existência de licitantes reiteradamente desclassificados nos certames por não atenderem aos editais ou não honrarem suas propostas” (F3)*

Assim quanto aos questionamentos sobre fraudes, 50% dos entrevistados corroboram que ainda não existe um sistema isento de fraudes e que no pregão e com o uso de computadores é menor a possibilidade de ocorrer a fraude, e também a existência de licitantes desclassificados que não atendem aos editais pode acarretar a ocorrência de fraudes.

Ainda não há suficiente suporte metodológico para comprovar a superioridade técnica do pregão eletrônico (SILVA, 2010). Segundo Faria *et al.* (2011), o atual método apenas calcula a economia adquirida no leilão, o que pode trazer um viés de mensuração, já que esta análise não leva em conta a estratégia dos fornecedores nesse tipo de disputa, que geralmente começam com o preço mais elevado para que, caso não exista forte concorrência, eles consigam licitar o seu produto por um preço mais alto.

## 4 CONCLUSÕES

Na administração pública os atos praticados pelos representantes da população devem ser voltados para atender as necessidades da população, mas nem sempre isto acontece, pois ainda existem pessoas com a intenção de lesar a população em benefício próprio, deixando de lado os princípios básicos da administração pública. Dentre tais princípios, pode-se citar a impessoalidade, para a qual cada agente que trabalha com o erário público deveria zelar pelo bom uso deste, a fim de gerar o bem comum e não simplesmente o de si próprio ou da minoria.

Para que tal problema pudesse ser sanado ou pelo menos minimizado, surgiu como ponto positivo no combate desta preferência, oferecida por alguns

agentes públicos a alguns fornecedores, um modelo de licitação denominado Pregão, que tenta com suas novas normas (onde prevalece à competitividade, desburocratização, celeridade, imparcialidade, e todos os princípios da administração pública), pôr fim a este quadro de favorecimentos e ajustes ao jeito brasileiro.

No Pregão, fica mais clara a barreira existente para tais acordos, pois além dos lances serem em tempo real, em especial na forma eletrônica, terá a população mais acesso para acompanhar todos os passos dados, tanto dos agentes públicos como dos licitantes, fazendo com que fiquem estes intimidados pelas circunstâncias e pensem bem antes de tentarem lesar o erário público.

Na aplicação do pregão eletrônico os procedimentos licitatórios são, sem sombra de dúvidas, mais rápidos, pois invertendo-se algumas etapas dos procedimentos, uma vez que todos os licitantes têm a responsabilidade e consciência de que estará habilitado para tal participação. E, caso não esteja o mesmo habilitado conforme declarado, estará perdendo tempo, além de responder com penalidades que poderão ser, entre outras, a de não participar em outros processos licitatórios. Neste caso, será automaticamente desclassificado, ficando como vencedor o segundo colocado. Recomenda-se pesquisas em outros setores da administração pública para que se possa melhorar ainda mais a agilização dos processos de compras públicas.

Sendo assim, o pregão representa para o governo e para a população a maneira por meio da qual o dinheiro público é aplicado com mais responsabilidade, transparência, economicidade e de maneira ágil para que sua aplicação surta o efeito em tempo hábil.

## **REFERÊNCIAS**

- 1 ALMEIDA, M.O. **Pregão eletrônico do Governo Federal – análise de aderência**

à metodologia para a avaliação de sistemas nacionais de aquisição de bens e serviços da OCDE. Universidade de Brasília – UnB. Brasília – DF. 2009. Disponível em: [http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1630/1/2009\\_MarcosOzoriodeAlmeida.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1630/1/2009_MarcosOzoriodeAlmeida.pdf). Acesso em: 02/02/14

2 BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pregão presencial: manual do pregoeiro**. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/Manual\\_Pregao\\_Presencial\\_Pregoeiro.pdf](http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/Manual_Pregao_Presencial_Pregoeiro.pdf) >. Acesso em: 14/01/14.

3 BRASIL. **Pregão: uma nova modalidade de licitação**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000. Disponível em <http://www.prse.mpf.mp.br/arquivospdf/Licitacao.pdf>. Acesso em: 12/01/14.

4 BRITO, G.K.L. **Uma abordagem sobre as vantagens e desvantagens da utilização do pregão eletrônico no Centro de Desenvolvimento sustentável do Semiárido(CDSA/UFCG)** – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/1451>. Acesso em: 04/02/14.

5 COELHO, R.C. **O público e o privado na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009. Disponível em: <http://gsp-ufes.blogspot.com.br/2012/07/o-publico-e-o-privado-coelho-r.html>. Acesso em: 07/01/14.

6 CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

7 FARIA, E.R.; FERREIRA, M.A.M.; SANTOS, L.M.; SILVEIRA, S.F.R. Pregão eletrônico *versus* pregão presencial: Estudo comparativo de redução de preços e tempo. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, jan./abril, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/57/pregao-eletronico-versus-pregao-presencial--estudo-comparativo-de-reducao-de-precos-e-tempo>. Acesso em: 23/01/14.

8 FERREIRA, E.M. **Pregão eletrônico: Uma proposta de redução de custos nas licitações públicas**. Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2010. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/2810>. Acesso em: 19/01/14.

9 FORTUNATO, S.M.; ZAPELINI, M.B.; SANTOS, G.K.; REINA, D. **O pregão eletrônico como ferramenta econômica e de accountability: uma análise da seção judiciária de Santa Catarina**. XIII SEMEAD – Seminários em administração. Setembro de 2010. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/78.pdf>. Acesso em: 09/01/14.



- 10 GASPARINI, D. **Pregão Presencial e Eletrônico**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- 11 GIL, Tatiana Engel Gerhardt, Denise Tolfo Silveira. **Métodos de Pesquisa**. UFRGS Editora.
- 12 JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Dialética, 2005.
- 13 JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.
- 14 JUSTEN FILHO, Marçal. Pregão: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico. São Paulo: Dialética, 2005.
- 15 LACERDA, Antônio Corrêa de - L131 et al. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 16 LEITE, S.C. **Pregão Eletrônico: Uma análise de sua utilização no município de Campina Grande – Paraíba**. Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2010. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/1382?show=full>. Acesso em: 07/01/14.
- 17 LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- 18 MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.
- 19 MATA, U.M. da. **A eficácia do pregão eletrônico perante a corrupção do estado brasileiro**. Faculdades Integradas de Cacoal – UNESC. Cacoal – Rondônia, 2012.
- 20 MAURANO, A. A instituição do Pregão para aquisição de bens e contratação de serviços comuns. **Jus Vigilantibus**, Vitória, 14 mar. 2004. Disponível em: <http://www.escoladecontas.tcm.sp.gov.br/artigosArquivos/81950f1afd092d84d80b508b23db7d7c.pdf>. Acesso em: 21/01/14.
- 21 MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.
- 22 MELLO, C. A. B. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2002.
- 23 MELO, L.C.R. de. **O pregão eletrônico como uma inovação tecnológica relevante para a eficácia da gestão pública: uma revisão de literatura**. Manaus, 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-pregao-eletronico-como->

inovacao-tecnologica-relevante-para-a-eficacia-da-gestao-publica-uma-revisao-de-literatura/30505/. Acesso em: 05/02/2014.

24 MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

25 MORAES, R. R. **Economia proporcionada pela utilização do pregão eletrônico no DNIT/TO**. Palmas, 2011. Universidade de Brasília, Departamento de Administração - EaD, 2011. Disponível em: [http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3230/1/2011\\_RonaldoRodriguesdeMoraes.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3230/1/2011_RonaldoRodriguesdeMoraes.pdf). Acesso em: 07/02/2014.

26 MORAIS, M.S. **Pregão eletrônico: um estudo da economia proporcionada para a Controladoria-Geral da União no ano de 2012**. Faculdade de tecnologia e ciências sociais aplicadas – FATECS. Curso de ciências contábeis. Brasília/DF. 2013. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/3983/1/20943071.pdf>. Acesso em: 07/01/2014.

27 NIEBUHR, J. M. **Pregão Presencial e Eletrônico**. Zenite, Curitiba. 2004.

28 NUNES, J.; LUCENA, R.L.; SILVA, O.G. Vantagens e desvantagens do pregão na gestão de compras no setor público: o caso da Funasa - PB. **RSP - Revista de Serviço Público**, Brasília, v.58, n.2, abr./jun. 2007. Disponível em: [http://www.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=2510](http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2510). Acesso em: 12/01/2014.

29 OLIVEIRA, L.M. **Pregão eletrônico: vantagens e desvantagens na gestão de compras governamentais**. Monografia – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2009. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/1196>. Acesso em: 13/01/2014.

30 PRESTES MOTTA, F. C.; **Introdução a organização burocrática**. São Paulo: Thomson, 2004.

31 ROSA, P.R.C. **Pregão eletrônico em Barra do Quaraí**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Quaraí, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71750>. Acesso em: 10/01/2014.

32 SANTANA, J. E. Pregão Presencial e Eletrônico: sistema de registro de preços. Belo Horizonte: **Fórum**, 2009.

33 SANTOS, J.F.R. **Pregão Eletrônico em Instituições Públicas do Estado do Tocantins**. Monografia – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - EaD, 2011. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/3000>. Acesso em: 18/01/2014.

- 34 SELLTIZ, C. et al. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 674 p.
- 35 SCHAWAAB, K.S.; PALMEIRA, E.M.; CORDERO, J.D. **Vantagem econômica na utilização do pregão eletrônico: um estudo de caso na Universidade Federal do Pampa**. Universidade Federal do Pampa. 2010. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/12/spc.html>. Acesso em: 09/01/2014.
- 36 SILVA, L.C.B. Impacto socioeconômico do pregão eletrônico no município de Sertânia – PE. **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**, Recife, novembro 2010. Disponível em: <http://www.mpanerevista.kinghost.net/ojs2.2.4/index.php?journal=gppd&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=23&path%5B%5D=47>. Acesso em: 09/01/2014.
- 37 SOUZA, K.D.B. **Pregão: vantagens e desvantagens para a administração pública**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba. 2011. Disponível em: [http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1174/1/CT\\_GPM\\_I\\_2011\\_44.PDF](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1174/1/CT_GPM_I_2011_44.PDF). Acesso em: 22/01/2014.
- 38 VIEIRA, A. Valter. Mensuração da qualidade de serviço no Varejo eletrônico e seu impacto sobre as intenções comportamentais. **RAE**, nº 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v50n2/06.pdf>. Acesso em: 28/01/2014.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### TERMO DE CONSENTIMENTO:

Eu \_\_\_\_\_, declaro de livre e espontânea vontade participar da pesquisa: **VANTAGENS E**

### **DESVANTAGENS DO PREGÃO ELETRÔNICO: UM ESTUDO NA ADMINITRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CACOAL**

Assinatura do participante:

Local/data: \_\_\_\_\_

O Pesquisador Responsável por este artigo científico é Paulo Rogério Lenzi do curso de Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles, sob orientação da Profª. Drª. Angela de Castro Correia Gomes, colocando em garantia o sigilo da sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Também não haverá divulgação dos nomes dos participantes.

## **TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Eu, PAULO ROGÉRIO LENZI, DECLARO, para todos os fins de direito e que se fizerem necessários que isento completamente a Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles em Cacoal, o orientador e os professores indicados para comporem o ato de defesa presencial, de toda e qualquer responsabilidade pelo conteúdo e ideias expressas no presente trabalho de conclusão de curso.

Estou ciente de que poderei responder administrativa, civil e criminalmente em caso de plágio comprovado.

Cacoal / RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

---

PAULO ROGÉRIO LENZI

## **APÊNDICE**

## APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO

### 1 – DADOS PESSOAIS:

Instituição:.....

Função:.....

Nome:.....

Sexo: F ( ) M ( )

Tempo do exercício na área de licitação:.....

### 2- FORMAÇÃO ESCOLAR:

2.1 - Ensino médio: ( ) Incompleto ( )

2.2 - Superior completo: ( ) Incompleto ( )

2.3 - Pós – graduação: ( ) Incompleto ( )

Área da especialização: .....

### 3 - PARTE ESPECÍFICA

3.1 - Você gosta de atuar como.....? Sim ( ); não ( )

Justifique sua resposta:.....

3.2 – Fez treinamento para atuar como .....(a)?

Sim ( ) Não ( )

3.3 - Você trabalha com que formas de pregão:

a) Eletrônico ( ) b) Presencial ( ) c) Eletrônico e presencial ( )

3.4 – Segundo o seu ponto de vista e experiência, relacione as vantagens e desvantagens entre pregão eletrônico e pregão presencial, nos quadros abaixo.

| Pregão Eletrônico |              |
|-------------------|--------------|
| Vantagens         | Desvantagens |
| 1 -               |              |
| 2 -               |              |
| 3 -               |              |
| 4 -               |              |
| 5 -               |              |

3.5 - Baseado na sua experiência, qual das duas formas de pregão: eletrônico e presencial, é mais eficaz para a Instituição?

.....  
.....  
.....

3.6 - Conforme sua experiência, a compra eletrônica traz transparência, economicidade e presteza para a Instituição? Sim ( ); Não ( )

Comente sua resposta.....

.....  
.....



3.7 – Baseado em algumas características do pregão, na sua opinião, quais das duas formas: presencial ou eletrônico é menos burocrático e mais rápido? Comente sua resposta:.....

.....

3.8 - Com suas experiências anteriores na área em que trabalha, você acredita que com a nova modalidade de licitação “pregão”, amplia a competitividade e a mesma reduz o conluio entres os participantes? Sim ( ) Não ( )

Comente sua resposta: .....

.....

3.9 – Onde você encontra mais dificuldade na execução do processo: no presencial ou no eletrônico?Quais são e por quê?

.....

.....

.....

3.10 – Para um bom andamento do processo licitatório o edital tem que estar claro e objetivo, sendo que as especificações deverão estar bem definidas e o orçamento real para que o pregoeiro consiga atingir o objetivo da licitação, caso contrário, muitos itens deixam de ser adquiridos. Em sua opinião, o que precisa ser feito para que isto não venha acontecer?

.....

.....

.....

3.11 - Baseado no perfil do ..... e nas responsabilidades, sua postura deve estar pautada:

1 - domínio da legislação e do processo licitatório;

2 - agir e decidir com rapidez, habilidade e sabedoria;

3 - segurança, seriedade e transparência na condução dos trabalhos;

4 - observar os princípios da integridade, da honestidade e da responsabilidade;

5 - capacidade de negociação etc.;

A instituição fornece condições e treinamento para exercer todas estas responsabilidades. Sim ( ) Não ( )

Justifique:.....

.....

.....

3.12 – Se você pudesse optar em fazer pregão, quais das duas formas você optaria? Presencial ( ); Eletrônico ( ); Por quê?.....

.....

.....

3.13 – O setor onde você desempenha a função de pregoeiro (a) fornece toda as ferramentas para o bom andamento dos trabalhos tais como: equipamento

adequado equipe de apoio, rede, bibliografias atualizadas, suporte jurídico, etc.

Sim ( ) Não ( );

Você está satisfeito (a) com os equipamentos e suportes disponíveis para a execução dos trabalhos?

.....  
.....

3.14 - A instituição incentiva e promove cursos de atualização? Sim ( ) Não ( )

3.15 – No exercício de sua função, quantas vezes você participou de cursos ou seminário para seu conhecimento e atualização?

Nenhuma ( ) uma ( ) duas ( ) varias vezes ( )

3.16 - O pregoeiro (a) tem que estar sempre atualizado e bem informado no que diz respeito às normas, decretos e leis, além de conhecer outras experiências participando de encontros, seminários, cursos e outros eventos de capacitação: Concorda com esta afirmação?

Sim ( ); Não ( ) Justifique:

.....  
.....  
.....

3.17 - A instituição que você desempenha a função como ..... (a) dispõe de verbas para participar de encontros, seminários ,e outros eventos de capacitação.?

Sim ( ) Não ( )

3.18 – Atualmente têm sido veiculadas várias notícias de fraudes em licitações. Como, isso pode ser explicado, se a modalidade Pregão é mais segura e transparente? Comente:

.....  
.....  
.....

3.19 - Deseja comentar algo que não foi questionado e que na sua avaliação é importante para este trabalho?

.....  
.....  
.....

Fonte: Questionário adaptado do Trabalho de Conclusão de Curso de NUNES, Novânia. **Pregão presencial e eletrônico – Vantagens e Desvantagens – Um estudo de caso com os Pregoeiros da UFSC.** Florianópolis SC 2007.